

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DE 2012

Relatório de Actividades 2012

A actividade da Fundação Benjamim Dias Costa durante o ano de 2013 desenvolveu-se segundo 3 vias estratégicas:

- 1 – Actuação de qualidade no plano socioeducativo;
- 2 – Valorização e desenvolvimento de recursos com vista à sustentabilidade;
- 3 – Parcerias activas, dinâmicas e integradoras.

Com um número médio de utentes próximo das 230 crianças, repartidas pelas respostas sociais de Creche, Pré-escolar e cATL, a Fundação procurou, em cada Plano de Sala e de Resposta Social, como no Plano de Actividades da organização, sustentar com participação e qualidade a imagem escrita na sua história de 45 anos. Pese embora esse esforço, continua a ser notória a influência da diminuição da natalidade que teve como maior expressão o número de 110 vagas não preenchidas em Pré-escolar no ano lectivo que se iniciou em Setembro.

Demos continuidade às acções de formação no âmbito do Programa Operacional Potencial Humano (POPH) com acção de tipologia 2.3 – Formação Modulares.

Os Campos de Férias nas interrupções lectivas para crianças dos 6 aos 15 anos afirmaram-se como uma oferta coerente e que complementa a resposta social de cATL. Nesta resposta introduziu-se o serviço clássico para 1º Ciclo do Ensino Básico que tomará, a partir do próximo ano lectivo, a designação de cATL de Conciliação Familiar conforme orientação da Segurança Social.

Concluiu-se a instalação dos módulos de software Processos-chave (Sistema da Qualidade) e de upgrade de utentes e tesouraria para adaptação ao SNC.

Ao nível das Respostas Sociais clássicas de Creche e Pré-escolar, as actividades realizadas em 2012 permitiram continuar um desempenho de qualidade e envolvimento das famílias, que foram exemplares na adesão às várias realizações, dentre as quais foram as seguintes as mais relevantes:

- Desfiles de Carnaval;
- Dia do Pai;
- Dia da Mãe;
- Semana da Família;



- Dia Mundial da Criança;
- Passeio de Finalistas;
- Festa dos Finalistas;
- Halloween;
- Festa de Natal.




FUNDAÇÃO
BENJAMIM DIAS COSTA

Índice.....	1
1 Identificação da Entidade.....	3
2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras.....	5
3 Principais Políticas Contabilísticas.....	6
3.1 Bases de Apresentação.....	6
3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração.....	7
4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros.....	12
5 Activos Fixos Tangíveis.....	12
6 Activos Intangíveis.....	13
7 Locações.....	14
8 Custos de Empréstimos Obtidos.....	14
9 Inventários.....	14
10 Rédito.....	14
11 Provisões, passivos contingentes e activos contingentes.....	14
12 Subsídios do Governo e apoios do Governo.....	15
13 Efeitos de alterações em taxas de cambio.....	15
14 Imposto sobre o Rendimento.....	15
15 Benefícios dos empregados	15
16 Divulgações exigidas por outros diplomas legais	15
17 Outras Informações.....	16

17.1 Investimentos Financeiros.....	16
17.2 Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros.....	16
17.3 Clientes e Utentes.....	16
17.4 Outras contas a receber.....	17
17.5 Diferimentos.....	17
17.6 Outros Activos Financeiros.....	17
17.7 Caixa e Depósitos Bancários.....	17
17.8 Fundos Patrimoniais.....	18
17.9 Fornecedores.....	18
17.10 Estado e Outros Entes Públicos.....	18
17.11 Outras Contas a Pagar.....	19
17.12 Outros Passivos Financeiros.....	19
17.13 Subsídios, doações e legados à exploração.....	19
17.14 Fornecimentos e serviços externos.....	20
17.15 Outros rendimentos e ganhos.....	21
17.16 Outros gastos e perdas.....	21
17.17 Resultados Financeiros.....	22
17.18 Acontecimentos após data de Balanço.....	22

1 Identificação da Entidade



Anexo Ano 2012

A Fundação Benjamim Dias Costa foi instituída pelo Sr. Comendador Adelino Dias Costa e sua Esposa, D. Assunção Leite, em 1967, ano que os seus estatutos foram aprovados por despacho governamental de 11 de Dezembro e publicados em Diário do Governo de 30 do mesmo mês. Possui estatuto de Utilidade Pública e é uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS) registada, a título definitivo, na Direcção-Geral da Segurança Social desde 13/02/1984, no Livro n.º2, sob o n.º9/84, a folhas 37 e 37 verso, em conformidade com o disposto no n.º2 do artigo 7º do Regulamento do Registo das Instituições de Solidariedade Social, aprovado pela Portaria n.º139/2007, de 29 de Janeiro. Os seus estatutos foram revistos e publicados em Diário da República em 24 de Dezembro de 1983.

A Fundação Benjamim Dias Costa tem sede na Casa do Freixieiro, rua da Nestlé, n.º45, Avanca. Criada para responder, no contexto local e regional, às necessidades das famílias trabalhadoras e aos anseios de uma instrução capaz das crianças, a Fundação Benjamim Dias Costa tem como determinante o seu papel social e toma a qualidade das suas respostas sociais como um esteio de actuação. Apoiando as famílias enquanto células fundamentais do desenvolvimento e do equilíbrio social e como meio natural de promoção dos direitos da criança, com elas e para elas perspectiva a função educativa como um exercício fundamental à preservação dos valores de inspiração cristã que estão na sua base.

A vocação social da Fundação Benjamim Dias Costa concretiza-se no domínio educativo, visando o desenvolvimento harmonioso das crianças e jovens ao seu cuidado, de forma integrada, solidária e inclusiva e transmitindo-lhes, pelo exemplo, uma visão humanista do mundo e um espírito empreendedor de actuação. A Instituição entende essa missão como o dever de proporcionar a todas as crianças e famílias oportunidades justas de crescimento, desenvolvimento, igualdade e de estimular nas crianças a participação solidária e cívica.

Actua através das seguintes valências:

Creche - resposta social de natureza sócio educativa que se destina ao acolhimento de crianças entre os 4 e os 36 meses, durante o período diário correspondente ao impedimento dos pais ou da pessoa a quem caiba a guarda de facto e vocaciona-se para o apoio à criança e à família. A Creche da Fundação Benjamim Dias Costa é um espaço projectado e organizado em função das crianças e adequado aos seus interesses e necessidades. São seus objectivos: facilitar a conciliação da vida familiar e profissional do agregado familiar; colaborar com a família numa partilha de cuidados e responsabilidades em todo o processo evolutivo da criança; assegurar um atendimento individual e personalizado em função das necessidades específicas de cada criança; prevenir e despistar precocemente qualquer inadaptação, deficiência ou situação de risco, assegurando o encaminhamento mais adequado; proporcionar condições para o desenvolvimento integral da criança, num ambiente de segurança física e afectiva; promover a articulação com outros serviços existentes na comunidade.

Pré-escolar - resposta de natureza educativa e social que se destina à educação e ao acolhimento de crianças entre os 36 meses e a entrada no 1º

ciclo do ensino básico, durante o período diário correspondente ao impedimento dos pais ou da pessoa a quem caiba a guarda de facto e se vocaciona para o apoio à criança e à família. O Pré-escolar da Fundação Benjamim Dias Costa é um espaço projectado e organizado em função das crianças e adequado aos seus interesses e necessidades, com capacidade para 90 crianças. São seus objectivos: proporcionar, através de um atendimento personalizado e de qualidade, o bem-estar e desenvolvimento integral da criança num clima de segurança afectiva e física, integrando-a em actividades educativas e de apoio à família; colaborar estreitamente com a família através de uma partilha de cuidados e responsabilidades durante todo o processo de desenvolvimento da criança; colaborar de forma eficaz no despiste precoce de qualquer inadaptação ou deficiência, assegurando o seu encaminhamento adequado; promover a inclusão social, identificando e compensando eventuais desequilíbrios, inaptações e défices sócio-culturais da estrutura familiar.

Centro de Actividades de Tempos Livres (ATL) de 1º e 2º Ciclos - resposta de natureza sociocultural e educativa que procura proporcionar às crianças e jovens do 1º e do 2º Ciclos do Ensino Básico o acesso a uma diversidade de actividades no período livre de responsabilidades escolares e nas interrupções lectivas. O cATL da Fundação Benjamim Dias Costa tem os seguintes objectivos: permitir a cada criança ou jovem, através da participação na vida em grupo, a oportunidade da sua inserção na sociedade; contribuir para que cada criança ou jovem encontre os seus objectivos, de acordo com as necessidades, aspirações e situações próprias do seu grupo social, favorecendo a adesão aos fins livremente escolhidos; criar um ambiente propício ao desenvolvimento pessoal de cada criança ou jovem, de forma a ser capaz de se situar e expressar num clima de compreensão, respeito e aceitação de cada um; favorecer a inter-relação família/escola/comunidade/Fundação, em ordem à valorização, aproveitamento e rentabilização de todos os recursos do meio; proporcionar uma vasta gama de actividades integradas num projecto de animação sociocultural em que as crianças e jovens possam escolher e participar livremente.

A Instituição promove e dinamiza, ainda, um conjunto integrado de iniciativas e programas próprios, em exclusivo ou em parceria, nos diferentes domínios de actuação social. Participa activamente na dinamização de estruturas locais de desenvolvimento, na gestão participada e nos fóruns relacionados com a comunidade educativa municipal, nas áreas da infância e juventude, da educação e da inclusão social.

É Missão da Fundação EDUCAR PARA HUMANIZAR E EMPREENDER

A Fundação Benjamim Dias Costa tem como esteio de actuação o seguinte conjunto de Valores:

Responsabilidade - enquanto forma de assumir com integridade, qualidade, profissionalismo e respeito a tarefa de proteger e educar as crianças, em partilha com as famílias;

Paixão - como garante de dedicação plena, do primazia do cuidado individual a cada criança, da entrega ao conteúdo humanista das tarefas de todos os dias;

Inovação - procurando estimular a imaginação das crianças e valorizar as suas iniciativas pessoais, a Fundação privilegia, ainda, a criatividade como forma essencial de uma intervenção sustentável.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2012, as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Base para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março;
- Normas Interpretativas (NI)

A Entidade preparou o Balanço de abertura de 1 de Janeiro de 2012 aplicando as disposições previstas na NCRF-ESNL. As Demonstrações Financeiras de 2011 que foram preparadas e aprovadas, de acordo com o referencial contabilístico em vigor naquela altura, foram alteradas de modo a que haja comparabilidade com as Demonstrações Financeiras de 2012. Os efeitos provenientes da adopção do novo referencial contabilístico à data da transição (1 de Janeiro de 2012) estão explicitados no quadro que se segue:

Reconciliação dos Fundos Patrimoniais	
Fundos Patrimoniais PCIPSS	561.039,05
Desreconhecimento de Activos Intangíveis	
Outros Ajustamentos	
Impostos Diferidos	
Total de Ajustamentos	
Fundos Patrimoniais SNC-ESNL	561.039,05

Por sua vez a reconciliação do Resultado do Período é a seguinte:

Reconciliação do Resultado	
Resultado Líquido PCIPSS	- 36.209,52
Desreconhecimento de Activos Intangíveis	
Outros Ajustamentos	
Impostos Diferidos	
Total de Ajustamentos	
Resultado Líquido SNC-ESNL	- 36.209,52

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da actividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transacções e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respectivas contas das rubricas "Devedores e Credores por Acréscimos" e "Diferimentos".

3.1.3 Consistência de Apresentação:

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, excepto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4 Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afectada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5 Compensação:

Devido à importância dos activos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6 Informação Comparativa:

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afectadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Activos Fixos Tangíveis

Os "Activos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os activos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos activos e de restauração dos respectivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os activos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos activos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método das taxas constantes das tabelas legais em vigor.

As mais ou menos valias provenientes da venda de activos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "Outros Rendimentos Operacionais" ou "Outros Gastos Operacionais".

3.2.2 Bens do património histórico e cultural

(Não aplicável)

3.2.3 Propriedades de Investimento

(Não aplicável)

3.2.4 Activos Intangíveis

(Não aplicável)

3.2.5 Investimentos financeiros

Participação de Capital – CCAM de 1.000,00 €

3.2.6 Inventários

Para os anos de 2011 e 2012 os valores dos Inventários e do Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas foram os seguintes:

Descrição	Inventário 01-Jan- 2011	Compras 2011	Inventário 31-Dez- 2011	Compras 2012	Inventário 31-Dez- 2012
Mercadorias					
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	1.045,32	48.643,35	518,69	43.443,58	327,62
Produtos Acabados e Intermédios					
Produtos e trabalhos em curso					
...					
Total	1.045,32	48.643,35	518,69	43.443,58	327,62
Custo Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas			49.169,98		43.634,65



3.2.7 Instrumentos Financeiros

Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

(Não aplicável)

Clientes e Outras Contas a Receber

Os "Clientes" e as "Outras contas a receber" encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As "Perdas por Imparidade" são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objectiva quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respectivo valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efectiva inicial, que será nula quando se perspectiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Activo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Activos não Correntes.

Outros activos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transacção só podem ser incluídos na mensuração inicial do activo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus activos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objectiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Activos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE).

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica "Caixa e depósitos bancários" inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em "Fornecedores" e "Outras contas a pagar" são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.8 Fundos Patrimoniais

A rubrica "Fundos" constitui o interesse residual nos activos após dedução dos passivos.

Os "Fundos Patrimoniais" são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações incluídas na rubrica "Outras Variações do Fundo Patrimonial" e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.9 Provisões

(Não aplicável)

3.2.10 Financiamentos Obtidos

Financiamentos Obtidos de Conta Caucionada, de Empréstimos Bancários e valor a crédito numa conta de Depósitos à Ordem, explicitados no quadro seguinte:

Descrição	2012			2011		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	684,98		684,98	2.715,65		2.715,65
Loações Financeiras						
Contas caucionadas	5.000,00		5.000,00	20.000,00		20.000,00
Contas Bancárias de <i>Factoring</i>						
Contas bancárias de letras descontadas						
Descobertos Bancários Contratados						
Out.Empréstimos-Depósitos Ordem	995,33		995,33			
Total	6.680,31		6.680,31	22.715,65		22.715,65

3.2.11 Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC):

- a) "As pessoas colectivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas colectivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas colectivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente."

No entanto, o n.º 3 do referido artigo menciona:

"A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das actividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efectivo, a título exclusivo ou predominante, de actividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respectivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respectivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;
- b) Afectação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afectação, notificado ao director -geral dos impostos, acompanhado da respectiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;
- c) Inexistência de qualquer interesse directo ou indirecto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das actividades económicas por elas prosseguidas."

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), excepto quando estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2009 a 2012 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5 Activos Fixos Tangíveis

Bens do domínio público

(Não aplicável)

Bens do património histórico, artístico e cultural

(Não aplicável)

Outros Activos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2011 e de 2012, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

31 de Dezembro de 2011

	Saldo em 01-Jan-2011	Aquisições / Dotações	Abates	Transf.	Reval.	Saldo em 31-Dez-2011
Custo						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções	1.394.920,18					1.394.920,18
Equipamento básico	130.673,95	2.922,12				133.596,07
Equipamento de transporte	113.226,62					113.226,62
Equipamento biológico						
Equipamento administrativo	39.317,84	3.907,15				43.224,99
Outros Ativos fixos tangíveis	15.459,89					15.459,89
Total	1.693.598,48	6.829,27				1.700.427,75
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções	203.619,06	48.349,45				251.968,51
Equipamento básico	106.508,09	7.839,30				114.347,39
Equipamento de transporte	74.176,63	19.525,00				93.701,63
Equipamento biológico						
Equipamento administrativo	29.156,54	5.636,38				34.792,92
Outros Ativos fixos tangíveis	1.842,89					1.842,89
Total	415.303,21	81.350,13				496.653,34

31 de Dezembro de 2012

	Saldo em 01-Jan-2012	Aquisições / Dotações	Abates	Transf.	Reval.	Saldo em 31-Dez-2012
Custo						
Terrenos e recursos naturais	0,00	121.650,00				121.650,00
Edifícios e outras construções	1.394.920,18					1.394.920,18
Equipamento básico	133.596,06	2.461,33				136.057,39
Equipamento de transporte	113.226,62					113.226,62
Equipamento biológico						
Equipamento administrativo	43.224,99					43.224,99
Outros Ativos fixos tangíveis	15.459,89	6.976,65				22.436,54
Total	1.700.427,75	131.087,98				1.831.515,73
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	251.968,51	74.183,65				326.152,16
Equipamento básico	114.347,39	6.013,16				120.360,55
Equipamento de transporte	93.701,63	13.940,85				107.642,48
Equipamento biológico						
Equipamento administrativo	34.792,93	3.971,65				38.764,58
Outros Ativos fixos tangíveis	1.842,89	90,65				1.933,54
Total	496.653,34	98.199,96				594.853,30

Propriedades de Investimento

(Não aplicável)

6 Activos IntangíveisBens do domínio público

(Não aplicável)

Outros Activos Intangíveis

(Não aplicável)

7 Locações

(Não aplicável)

8 Custos de Empréstimos Obtidos

(Não aplicável)

9 Inventários

(Não aplicável)

10 Rédito

Para os períodos de 2011 e 2012 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2012	2011
Vendas		
Prestação de Serviços	251.996,48	252.699,25
Quotas dos utilizadores		
Quotas e Jóias		
Promoções para captação de recursos		
Rendimentos de patrocinadores e colaborações		
Matrículas e Mensalidades	251.996,48	252.699,25
Juros	77,94	13,58
Royalties		
Dividendos		
Total	252.074,42	252.712,83

11 Provisões, passivos contingentes e activos contingentesProvisões

(Não aplicável)

12 Subsídios do Governo e apoios do Governo

Quadro desenvolvido na nota 17.13

13 Efeitos de alterações em taxas de câmbio

(Não aplicável)

14 Imposto sobre o Rendimento

(Não aplicável)

15 Benefícios dos empregados

Os Órgãos Sociais da Fundação são o Conselho de Administração, composto, nos períodos de 2012 e 2011, por 7 elementos e o Conselho Fiscal, composto, no mesmo período, por 5 elementos. Em ambos os casos não houve, nos períodos em causa, qualquer alteração.
Os membros dos Órgãos Sociais não usufruem de qualquer tipo de remuneração.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2011 foi de 44 e em 31/12/2012 foi de 41.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2012	2011
Remunerações aos Órgãos Sociais		
Remunerações do Pessoal	349.496,09	348.116,94
Benefícios Pós-Emprego		
Indemnizações		
Encargos sobre as Remunerações	135.170,65	134.388,19
Seguros de Acidentes Trabalho Doenças Profissionais	388,04	157,81
Gastos de Acção Social		
Outros Gastos com o Pessoal	9.484,30	0,00
Total	494.539,08	482.662,94

16 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

17 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

17.1 Investimentos Financeiros

Participação de Capital – CCAM de 1.000,00 €

17.2

Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

(Não aplicável)

17.3 Clientes e Utentes

A rubrica “ Clientes e Utentes” tinha nos anos de 2011 e 2012 os saldos descritos no quadro seguinte:

Descrição	2012	2011
Clientes e Utentes c/c	4.279,80	4.207,75
Clientes	-	-
Utentes	4.279,80	4.207,75
Clientes e Utentes títulos a receber		
Clientes	-	-
Utentes	-	-
Clientes e Utentes Factoring	-	-
Clientes	-	-
Utentes	-	-
Clientes e Utentes cobrança duvidosa		
Clientes	-	-
Utentes	-	-
Total	4.279,80	4.207,75

17.4 Outras contas a receber

A rubrica "Outras contas a receber" tinha, em 31 de Dezembro de 2011 e 2012 a seguinte decomposição:

Descrição	2012	2011
Adiantamentos ao pessoal		
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos		
Devedores por acréscimos de rendimentos		
...		
Outros Devedores	43.133,21	16.427,63
Perdas por Imparidade		
Total	43.133,21	16.427,63

17.5 Diferimentos

A rubrica "Diferimentos" teve nos anos 2011 e 2012 os seguintes saldos:

Descrição	2012	2011
Gastos a reconhecer		
Gastos a reconhecer	4.129,76	7.919,58
...	-	-
Total	4.129,76	7.919,58
Rendimentos a reconhecer		
Rendimentos a reconhecer	35.300,64	607.487,36
...	-	-
Total	35.300,64	607.487,36

17.6 Outros Activos Financeiros

(Não aplicável)

17.7 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de Dezembro de 2011 e 2012 encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2012	2011
Caixa	42.660,00	36.580,22
Depósitos à ordem	3.406,92	2.876,48
Depósitos a prazo		
Outros		
Total	46.066,92	39.456,70

17.8 Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01-Jan-2012	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2012
Fundos	130.129,05	-	-	130.129,05
Excedentes técnicos	-	-	-	-
Reservas	-	-	-	-
Resultados transitados	430.910,00	-	(36.209,52)	394.700,48
Excedentes de revalorização	-	-	-	-
Outras variações nos fundos patrimoniais	-	686.583,55	-	686.583,55
Total	561.039,05	686.583,55	(36.209,52)	1.211.413,08

17.9 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2012	2011
Fornecedores c/c	16.828,72	7.149,87
Fornecedores fítulos a pagar	-	-
Fornecedores facturas em recepção e conferência	-	-
Total	16.828,72	7.149,87

17.10 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2012	2011
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	897,31	0,00
Outros Impostos e Taxas	-	-
Total	897,31	0,00
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	-	-
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	3.066,50	2.761,51
Segurança Social	17.942,46	17.293,04
Outros Impostos e Taxas	-	-
Total	21.008,96	20.054,55

17.11 Outras Contas a Pagar

A rubrica "Outras contas a pagar" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2012		2011	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal	-	65.501,04	-	67.972,80
Remunerações a pagar	-	65.501,04	-	67.972,80
Cauções	-	-	-	-
Outras operações	-	-	-	-
Perdas por Imparidade acumuladas	-	-	-	-
Fornecedores de Investimentos	-	6.790,61	-	19.524,96
Credores por acréscimos de gastos	-	-	-	-
Outros credores	-	1.493,07	-	2.640,04
	-	-	-	-
Total	-	73.784,72	-	90.137,80

17.12 Outros Passivos Financeiros

(Não aplicável)

17.13 Subsídios, doações e legados à exploração

Conforme quadro seguinte:

Descrição	2012	2011
Subsídios do Governo	350.735,34	356.403,36
Centro Reg.Seg.Social-Creche	136.402,18	135.658,98
Centro Reg.Seg.Social-Pré Escolar	177.054,46	183.672,48
Centro Reg.Seg.Social-ATL	37.278,70	37.071,90
	-	-
Total	350.735,34	356.403,36

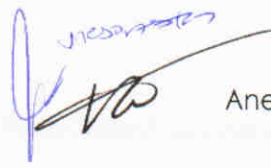
Descrição	2012	2011
Subsídios de outras entidades	-	-
Doações	-	-
Heranças	-	-
Legados	-	-
Município de Estarreja	2.900,00	2.749,00
Junta Freguesia Avanca	0,00	1.030,34
Inst.Emprego e Formação Profissional	36.049,53	6.919,53
Estágios Profissionais	31.209,10	2.534,64
Programa Vida Emprego	4.840,43	4.384,89
POPH	3.667,46	48.929,22

17.14 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2011 e de 2012 foi a seguinte:

Descrição	2011
Electricidade	5.292,17
Combustíveis	14.529,13
Água	3.214,28
Outros Fluidos	3.043,55
Ferramentas e Utensílios Desgaste Rápido	2.602,28
Material de Escritório	5.538,21
Rendas e Alugueres	4.379,16
Comunicação	6.954,80
Seguros	5.036,04
Transporte de Mercadorias	20,00
Deslocações e Estadas	16.057,21
Honorários	3.328,00
Contencioso e Notariado	338,35
Conservação e Reparação	9.092,88
Limpeza, Higiene e Conforto	8.491,47
Vigilância e Segurança	8.984,11
Trabalhos Especializados	33.880,60
Material Didáctico	6.728,12
Jornais e Revistas	32,00
Vestuário de Utentes	1.503,08
Encargos de Saúde com Utentes	584,94
Carnaval e Marchas	2.585,90
Finalistas	2.112,03
Natal	879,09
Festas de Aniversário	172,96
Material Pedagógico	2.971,07
Aulas de Natação – Utentes	3.471,80
Manutenção Jardim/Quintal	346,15
Outros Fornecimentos e Serviços	447,76
Total	152.617,14

Descrição	2012
Subcontratos	
Serviços especializados	52.431,20
Materiais	6.049,22
Energia e fluidos	29.658,66
Deslocações, estadas e transportes	6.746,66
Serviços diversos	25.995,03
Total	120.880,77

V. Costa


17.15 Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2012	2011
Rendimentos Suplementares	-	-
Descontos de pronto pagamento obtidos	106,99	100,17
Recuperação de dívidas a receber	-	-
Ganhos em inventários	-	-
Rendimentos e ganhos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-
Rendimentos e ganhos nos restantes activos financeiros	-	-
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	-	-
Outros rendimentos e ganhos	5.533,00	3.674,68
Imputação Subsídios/Doaç./Investimentos a)	40.759,17	24.940,85
Donativos	52.079,72	44.042,52
Correcções Fav.Exerc.Anteriores	0,00	1.185,56
Total	98.478,88	73.843,61

a) Imputação Subsídios/Investimentos = 34.461,35
 Imputação Donativos/Investimentos = 6.297,82

40.759,17

17.16 Outros gastos e perdas

A rubrica de "Outros gastos e perdas" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2012	2011
Impostos	-	-
Descontos de pronto pagamento concedidos	-	-
Dívidas incobráveis	-	-
Perdas em inventários	-	-
Gastos e perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-
Gastos e perdas nos restantes activos financeiros	-	-
Gastos e perdas investimentos não financeiros	-	-
Outros Gastos e Perdas	13.143,71	10.320,00
Quotizações	300,00	
Taxas	219,12	
Total	13.662,83	10.320,00

17.17 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2012 e 2011 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2012	2011
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	-	-
Diferenças de câmbio desfavoráveis	-	-
Operações Realizadas Inst.Crédito	2.749,32	3.751,36
Total	2.749,32	3.751,36
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	77,94	13,58
Dividendos obtidos	-	-
Outros rendimentos similares	-	100,17
Total	77,94	113,75
Resultados financeiros	(2.671,38)	(3.637,61)

17.18 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2012.


Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos susceptíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de Dezembro de 2011 foram aprovadas pela Assembleia Geral em 29 de Março de 2012.

Avanca, 28 de Março de 2013

O Técnico Oficial de Contas
30106

O Conselho de Administração

Assinatura e Responsabilidade do Conselho de Administração

Entidade: FUNDAÇÃO BENJAMIM DIAS COSTA

BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 (M14)

UNIDADE MONETÁRIA: EUR

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 Dezembro N	31 Dezembro N-1
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	1,236,662.43	1,203,774.41
Investimentos Financeiros	17	1,000.00	1,000.00
Total do ativo não corrente		1,237,662.43	1,204,774.41
Ativo corrente			
Inventários	3	327.62	518.69
Clientes e utentes	17	4,279.80	4,207.75
Estado e outros entes públicos	17	897.31	0.00
Outras contas a receber	17	43,133.21	16,427.63
Diferimentos	17	4,129.76	7,919.58
Caixa e depósitos bancários	17	46,066.92	39,456.70
Total do ativo corrente		98,834.62	68,530.35
Total do ativo		1,336,497.05	1,273,304.76
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais			
Fundos	17	130,129.05	130,129.05
Resultados transitados		394,700.48	430,910.00
Outras variações nos fundos patrimoniais		686,583.55	0.00
Resultado líquido do período		-28,539.38	-36,209.52
Total do fundo de capital		1,182,873.70	524,829.53
Passivo			
Passivo não corrente			
Total do passivo não corrente		0.00	0.00
Passivo corrente			
Fornecedores	17	16,848.72	7,149.87
Estado e outros entes públicos	17	21,008.96	20,054.55
Financiamentos obtidos	3	6,680.31	22,715.65
Outras contas a pagar		73,784.72	91,067.80
Diferimentos	17	35,300.64	607,487.36
Total do passivo corrente		153,623.35	748,475.23
Total do passivo		153,623.35	748,475.23
Total dos fundos patrimoniais e passivo		1,336,497.05	1,273,304.76

TOC 30106

Luís Augusto Queiroz Neto

Samuel Arnaldo Rodrigues Vitor
Mês de Dezembro de 2012

Entidade: FUNDAÇÃO BENJAMIM DIAS COSTADEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 (M13)

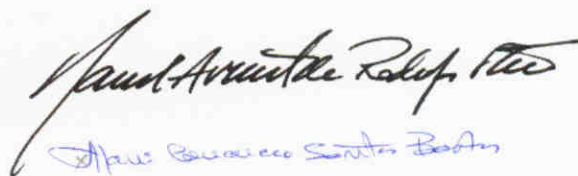
UNIDADE MONETÁRIA: EUR

RENDIMENTOS E GANHOS	NOTAS	PERÍODO	
		31 Dezembro N	31 Dezembro N-1
Vendas e prestações de serviços	10	253,218.08	253,884.17
Subsídios á exploração	17	393,352.33	416,031.45
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	3	-43,634.65	-49,169.98
Fornecimentos e serviços externos	17	-120,880.77	-152,617.14
Gastos com o pessoal	15	-494,539.08	-482,662.94
Outros rendimentos e ganhos	17	98,478.88	73,943.78
Outros gastos e perdas	17	-13,662.83	-10,530.95
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		72,331.96	48,878.39
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	-98,199.96	-81,350.13
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-25,868.00	-32,471.74
Juros e rendimentos similares obtidos	17	77.94	13.58
Juros e gastos similares suportados	17	-2,749.32	-3,751.36
Resultado antes de impostos		-28,539.38	-36,209.52
Resultado líquido do período		-28,539.38	-36,209.52

TOC 30106



CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO


Alvaro Gonçalves Santos Boia

Fundação Benjamim Dias Costa
 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	PERÍODOS	
		2012	2011
Fluxos de caixa das actividade operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes e utentes		253.146,00	251.466,00
Recebimentos de subsídios exploração, doaç. legados		445.432,00	505.537,00
Pagamentos de subsídios			
Pagamentos de apoios			
Pagamentos de bolsas			
Pagamento a fornecedores		(159.735,00)	(201.926,00)
Pagamentos ao pessoal		(495.943,00)	(476.420,00)
Caixa gerada pelas operações		42.900,00	78.657,00
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento			
Outros recebimentos/pagamentos		4.590,08	8.236,30
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		47.490,08	86.893,30
Fluxos de caixa das actividade de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(22.172,00)	(33.429,00)
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros Ativos			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis			
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros Ativos			
Subsídios ao investimento			
Juros e rendimentos similares		78,00	114,00
Dividendos			
Fluxos de caixa das actividade de investimento (2)		(22.094,00)	(33.315,00)
Fluxos de caixa das actividade de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			
Realizações de fundos			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(16.036,00)	(51.972,00)
Juros e gastos similares		(2.750,00)	(3.751,00)
Dividendos			
Reduções do fundo			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das actividade de financiamento (3)		(18.786,00)	(55.723,00)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		6.610,08	(2.144,70)
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		39.456,70	40.602,23
Caixa e seus equivalentes no fim do período		46.066,92	39.456,70

Avanca, 31 de dezembro de 2012

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS
 30106

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Secundário Augusto Quaresima

Paulo António Rodrigues
Paulo Quaresima Santos Botas

FUNDAÇÃO BENJAMIM DIAS COSTA
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS NO PERÍODO 2012

Unidade Monetária: Euros

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe												
		Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados Transilados	Reservas legais	Excedentes de revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	Interesses minoritários	Total dos Fundos Patrimoniais		
ALTERAÇÕES NO PERÍODO														
Primeira adopção de novo referencial contabilístico	17	130.129,05	-	-	430.910,00	-	-	-	696.593,55	(36.209,52)	-	-	-	524.829,53
Alterações de políticas contabilísticas														
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras														
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis														
Excedentes de realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis														
Ajustamentos por impostos diferidos														
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais														
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO														
RESULTADO EXTENSIVO														
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO														
Fundos														
Subsídios, doações e legados					(36.209,52)									
Outras operações	17				(36.209,52)									
POSICÃO NO FIM DO ANO 2012														
		130.129,05	-	-	394.700,48	-	-	-	688.583,55	(28.539,38)	-	-	-	1.182.873,70

Avança, 31 de dezembro de 2012

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS
30106

Leonor August Luoma 18/12/12

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Francisco de Roberto Reis
Alain Casanova & c. s. l. s. r. l.

FUNDAÇÃO BENJAMIM DIAS COSTA
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS NO PERÍODO 2011

Índice

Unidade Monetária: Euros

ALTERAÇÕES NO PERÍODO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe							Total dos Fundos Patrimoniais			
		Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados Transladados	Reservas legais	Excedentes de revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais		Resultado líquido do período	Total	Interesses minoritários
ALTERAÇÕES NO PERÍODO												
Primeira adopção de novo referencial contabilístico		130.129,05			404.999,85				25.910,15			561.039,05
Alterações de políticas contabilísticas												
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras												
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis												
Excedentes de realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis												
Ajustamentos por impostos diferidos												
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais		130.129,05			404.999,85				25.910,15			561.039,05
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO												
RESULTADO EXTENSIVO												
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO												
Fundos					(25.910,15)				(36.209,52)			
Subsídios, doações e legados												
Outras operações												
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2011		130.129,05	-	-	430.910,00	-	-	-	(36.209,52)	-	-	524.829,53

Avança, 31 de dezembro de 2012

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS
30106

Leonor Augustina Queiroz Costa

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Paulo Francisco Rodrigues Costa
António Gaspares de Sá



MAPA DE CONTROLE DO(S) SUBSIDIOS(S) PARA INVESTIMENTO(S)
 ANEXO CARBONIZADO

CG
 Centro de Gerencia das Instituições Particulares de Solidariedade Social

ANO: 2012

NISS: 20004657647
 NIPC: 500867852

CONTAS	DESCRIÇÕES	ANO INICIO UTILIZAÇÃO INVEST.º (1)	VALOR TOTAL POR ENTIDADE E EMPREEND.º (2)	TAXA DE AMORTIZ. (3)	VALORES ANUAIS DAS REDUÇÕES E DAS AMORTIZAÇÕES					SALDO VALOR LÍQ. ANO N-1 (4)	MOVIMENTOS NO ANO			SALDO VALOR LÍQ. ANO N (5)
					(5) 1º ANO	(6) 4.º + 5.º ANO	(7) 6.º ANO	(8) 7.º a 9.º ANO	(9) A débito (10) Dígitos débi. (11) Reduções/Impostos Créd.		(12) A crédito	(13) Dígitos débi. (14) Reduções/Impostos Créd.		
593	SUBSÍDIOS PARA INVESTIMENTOS													
5931	PRDDAC	2008	222.307,24					28.899,92	204.527,68	11.115,36				193.407,32
59311	OUTROS-MUNICÍPIO ESTARREJA	2008	214.501,32					40.077,09	186.541,28	12.117,05				174.424,23
59312	FUNDO SOCORRO SOCIAL	2008	90.000,00					11.700,00	82.800,00	4.500,00				78.300,00
59313	INST. SEG. SOCIAL - AUTOCARRO	2008	40.000,00					37.712,00	8.000,00	5.712,00				2.288,00
593141	INST. SEG. SOCIAL - MASES	2010	10.320,00					3.389,06	7.948,88	1.016,94				6.931,94
	TOTAL SUBSÍDIOS		577.128,56					121.777,07	489.812,84	34.461,35				455.351,49
	INVESTIMENTO													
4332	EDIFÍCIO	2008	118.373,85	5,76%				59.186,69	1.089.035,13					1.029.848,44
4332	EDIFÍCIO	2010	4900,00	3,00%				245,00	4.794,00					4.549,00
4334	AUTOCARRO 44-PJ-16	2008	97624,99	15,28%				13.940,85	19.524,99					5.584,14
43307	OUTRO EQUIPAMENTO BÁSICO	2010	8990,00	13,50%				1.121,75	5.993,34					4.869,59
	TOTAL INVESTIMENTO		1295248,84					74.496,29	1.119.257,46					1.044.761,17

e+t+g=<h+i+j+1

NOTA: O mapa deverá incluir todos os subsidiados ainda por regularizar, assim como todos os investimentos por eles subsidiados e que ainda não estejam completamente amortizados.
 Em cada sub-conta só deverão ser registados os valores com origem na mesma "Entidade" e para o mesmo investimento (Empreendimento).
 As colunas para os valores das amortizações das imobilizações e das reduções dos subsidiados para os investimentos, deverão ser aumentadas no caso dos "Empreendimentos" incluírem imobilizações com mais taxas de amortização diferenciadas.

Toc 3010c

Carvalho Ruiquel Rios

Paulo Henrique Rios

Paulo Rios

ATA Nº 28

Às 27 (vinte e sete) dias do mês de Maio de 2013 (dois mil e treze), às 10h, na Fundação Benjamin Dias Costa, o Conselho Fiscal da Instituição, para apreciar e emitir parecer sobre o Relatório de Atividades e Contas de Gestão referentes ao ano de 2012 (dois mil e doze).

Depois de obtidos todos os esclarecimentos da parte de Conselho de Administração e em conformidade com o estipulado nos Estatutos da Fundação Benjamin Dias Costa, vem o Conselho Fiscal emitir o seu parecer:

Tendo procedido à verificação da observância da lei e o cumprimento dos Estatutos, tendo procedido à verificação, com a profundidade e extensão consideradas necessárias, dos documentos, registros e livros de escrituração, à verificação do Balanço, Demonstração de Resultados e dos respectivos anexos, à apreciação do Relatório de Atividades e à verificação da aplicação dos resultados de 2011 (dois mil e onze) em Resultados Transitados, o Conselho Fiscal pode concluir que a contabilidade, as contas e relatório satisfazem as disposições legais e estatutárias e refletem a atividade desenvolvida e a situação patrimonial da Fundação.

Assim, tendo lido o Relatório de Atividades as ações desenvolvidas dentro do Plano para 2012 (dois mil e doze), refletindo os valores e montantes registrados em Balanço e Demonstração de Resultados o efetivo desempenho do desempenho econômico-financeiro da Fundação, estando os custos e proventos extraordinários devidamente justificados, são os pareceres que:

Se aprove o relatório de Atividades e as Contas do Exercício de 2012 (dois mil e doze) apresentados pelo Conselho de Administração;

Se aprove a proposta de aplicação de Resultados líquidos do exercício para resultados Transitados, conforme proposta pelo Conselho de Administração.

Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião de que foi lavrada a presente ata, a assinar pelos elementos presentes:

João Benigno de Silva
Maurício Assumpção Cavallari De Luca
Tarcísio Kuhl Cavallari Dos Santos
[Assinatura]